

**Costa Campos, Rafael da**

*Reminiscências de Alexandria e Antônio: o percurso de germânico César na província do Egito durante o principado de Tibério César (14-37 DC)*

De Rebus Antiquis Año 5 N° 5, 2015

Este documento está disponible en la Biblioteca Digital de la Universidad Católica Argentina, repositorio institucional desarrollado por la Biblioteca Central "San Benito Abad". Su objetivo es difundir y preservar la producción intelectual de la Institución.

La Biblioteca posee la autorización del autor para su divulgación en línea.

Cómo citar el documento:

Costa Campos, Rafael da. "Reminiscências de Alexandria e Antônio : o percurso de germânico César na província do Egito durante o principado de Tibério César (14-37 DC)" [en línea], *De Rebus Antiquis* 5 (2015). Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/reminiscencias-alexandria-antonio-costa-campos.pdf> [Fecha de consulta:.....]

**REMINISCÊNCIAS DE ALEXANDRIA E ANTÔNIO: O PERCURSO DE  
GERMÂNICO CÉSAR NA PROVÍNCIA DO EGITO DURANTE O  
PRINCIPADO DE TIBÉRIO CÉSAR (14-37 DC) \***

**Reminiscent of Alexandria and Anthony: the route of Germanicus Caesar in the Province of  
Egypt under the Principate of Tiberius Caesar (AD 14-37)**

**RAFAEL DA COSTA CAMPOS\***  
*Universidade Federal do Pampa*  
rafaelcampos@unipampa.edu.br

**Abstract:** This paper presents an analysis of the historical evidences concerning the journey of Germanicus Caesar (15 BC – 19 AD) to Alexandria, on the roman province of Egypt, during the government of Tiberius Caesar (14-37 AD). This approaching intends to discuss the political questions involved on this event, and its implications on the relationship between the *Princeps* and this imperial candidate, specially by the latter's ancestral relations with Marcus Antonius.

**Keywords:** Germanicus Caesar – Alexandria – Tiberius Caesar – Roman Egypt – Marcus Antonius.

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise das evidencias históricas acerca da viagem de Germânico César (15 a.C.-19 d.C.) à Alexandria, na província romana do Egito, durante o governo de Tibério César (14-37 d.C.). A abordagem visa debater as questões políticas envolvidas nesse evento, e suas implicações na relação entre o *Princeps* e este candidato imperial, especialmente pelas relações ancestrais desse último com Marco Antônio.

**Palavras-chave:** Germânico César – Alexandria – Tibério César – Egito Romano – Marco Antônio

---

\* Este artigo é desdobramento de uma palestra de mesmo nome apresentada no encontro internacional “Língua e Linguagem no Mundo Antigo”, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BRA) entre os dias 30 e 04 de dezembro de 2015.

\* Prof. Adjunto do curso de História-Licenciatura.

Pertencente à linhagem Cláudia, Germânico Júlio César (15 a.C.- 19 d.C.) foi o filho mais velho do matrimônio entre general Nero Cláudio Druso e Antônia Menor, respectivamente filho de Lívia Drusila (terceira esposa de Augusto) e filha caçula de Marco Antônio com Otávia (irmã de Augusto), e sobrinho-neto de primeiro Imperador de Roma. Casado com Agripina Sênior, filha mais velha do matrimônio entre Júlia Augusta e Agripa (general equestre e braço-direito de Augusto), Germânico e sua prole constituíram as principais expectativas para a permanência de poder nas mãos da família imperial e especialmente para o lado da família Júlia, de onde se originara Augusto após sua adoção por seu tio-avô Júlio César em 44 a.C.

Para tanto, Germânico foi adotado por Tibério imediatamente após a própria adoção deste por Augusto em 4 d.C. Teria sido determinado ao seu tio e futuro *Princeps* a responsabilidade de assegurar que Germânico pudesse ascender ao comando imperial, e é possível que Augusto, em sucessão ao apontamento deste último como cônsul em 12 d.C., tivesse deixado instruções para os próximos passos políticos do jovem príncipe, de modo semelhante ao que fizera com os falecidos netos Gaio e Lúcio César, uma década antes<sup>1</sup>. Deste modo, já em 14 d.C., pouco depois da morte de Augusto e ascensão de Tibério, uma das primeiras decisões senatoriais foi a concessão do *imperium* proconsular à Germânico. Este fato representou a continuidade de uma estratégia sucessória engendrada por seu tio-avô: diante de um possível enfraquecimento da sucessão dinástica pela morte de um *Princeps*, seu subordinado – superior em poderes aos demais senadores – estaria em plenas condições de assumir o controle; caso não houvesse uma morte, o mesmo controle viria a seu tempo (tanto que em 17 d.C Germânico recebeu o triunfo militar pela vitória na Germânia, e em 18 tornou-se cônsul pela segunda vez junto da concessão do *imperium maius*)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> SEAGER, Robin (2004). *Tiberius*. London: Blackwell, 32.

<sup>2</sup> LEVICK, Barbara (1999). *Tiberius the Politician*. London: Routledge, 148.

Após ter enfrentado um tumultuado motim militar no Ilírico em 14 d.C. e uma difícil campanha contra os germanos pela recuperação dos estandartes perdidos após a derrota de Quintílio Varo em 9 d.C., no ano de 18 d.C. Germânico foi enviado para o Oriente. Este evento foi significativo principalmente pelo trágico desfecho com a sua morte e as consequências dentro da conjuntura política interna à família imperial. Após ter assumido o consulado com Tibério e recebido o *imperium maius* (e por consequência mais autoridade do que os demais governadores de províncias e legados imperiais), tornou-se publicamente evidente que Germânico César estava a caminho da sucessão imperial. O seu envio para a província da Síria seria uma importante experiência militar e administrativa, uma vez que Tibério era velho demais para a empreitada enquanto que Druso Cláudio muito jovem.

Entretanto, a razão da escolha parece mais complexa: ao mesmo tempo em que há plausibilidade em honrar o futuro herdeiro com importantes missões, provavelmente houve também uma intenção de distanciar Germânico das legiões do Ilírico<sup>3</sup>. De todo modo, junto a Germânico, Tibério César apontou Gneio Calpúrnio Pison como governador da província. Em verdade, o envio de Germânico César esteve relacionado à manutenção do compromisso do Imperador em seguir as instruções de Augusto e não expandir as fronteiras imperiais; intervenções só ocorreram quando existiu algum risco à segurança das províncias. Os conflitos ao norte não só foram duradouros como dispendiosos, e talvez fosse intenção de Tibério desde então consolidar a presença de Roma de outras maneiras.

Assim como durante o governo de Augusto, questões de política externa continuaram presentes na agenda deliberativa do poder imperial e emergiram logo após a ascensão de Tibério. Mais especificamente, ocorreu um vácuo de poder no reino da Pártia, situado na fronteira oriental do mundo romano. Em 15 d.C., Vonones, rei conduzido por Augusto, foi expulso por Artabano, tendo feito com

---

<sup>3</sup> TÁCITO, *Anais*, 2.48.

que o primeiro se refugiase na Armênia<sup>4</sup>. Como nesta região o trono encontrava-se vazio em começos do ano de 16 d.C., Vonones anunciou sua candidatura à realeza, o que foi recusado tanto por Tibério quanto por Artabano. Nesse ínterim, o destituído rei parta permaneceu sob a proteção de Roma até a chegada de Gneio Pison à Síria. Por sua vez, Germânico César diplomaticamente coroou Artaxias como novo rei da Armênia e determinou a remoção de Vonones de lá para evitar perturbações. Mas a esta medida se opôs Pison, que não somente recusou-se a enviar um destacamento militar para o auxílio na região, como afrontou Germânico ao afirmar que Vonones deveria ter sido coroado como rei armeno, e isto em meio a declarações públicas de inimizade entre ambos<sup>5</sup>.

O embate entre Germânico César e Pison é um dos temas centrais das narrativas históricas sobre o Principado de Tibério. Mesmo que tenha falecido em 19 d.C., os desdobramentos desse conflito político que culminou com a polêmica hipótese de envenenamento do príncipe serviram para acirrar ainda mais as disputas familiares internas entre membros da família Júlia e Cláudia. Não é nosso foco discorrer longamente sobre este assunto, mas é importante afirmar que seus efeitos contribuíram para ampliar o isolamento político de Tibério e sua impopularidade perante a plebe, a ascensão de Élio Sejano, prefeito da guarda pretoriana, o afastamento do *Princeps* para a ilha de Capri e, em última instância, para a neutralização dos remanescentes do núcleo familiar de Germânico: sua esposa Agripina e seus filhos mais velhos. Todavia, há um aspecto concernente à Pison e Germânico que trataremos a seguir.

No que nos interessa, foi especificamente a iniciativa de visitar o Egito em meio a esta situação que parece ter contribuído para agravar a relação entre Germânico César e Tibério. Tácito afirma<sup>6</sup> que

“Germânico se deslocou para o Egito para tornar-se conhecedor da antiguidade<sup>7</sup>, mas seu pretexto foi a preocupação com a província;

---

<sup>4</sup> TÁCITO, *Anais*, 2.1-2.

<sup>5</sup> TÁCITO, *Anais*, 2.57-8

<sup>6</sup> *Anais*, 2.59.1; ver também SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 52.

<sup>7</sup> Compreendido aqui como “antigos costumes locais” ou “virtudes dos antigos de outrora”.

reduziu os preços dos víveres ao abrir os celeiros e praticou muitos hábitos apazíveis ao público: caminhar sem a soldadesca, com pés descalços e vestimenta correspondente a dos gregos [...]. Tibério, com suaves palavras o criticou por seu costume e traje, e repreendeu-lhe rigorosamente para que, contrário aos princípios de Augusto, não adentrasse Alexandria sem o desejo do *Princeps*<sup>8</sup>” (*Anais*, 2.59.1-2).

Suetônio também destaca brevemente o fato, embora com o intuito de justificar a desafeição de Tibério por seu sobrinho-enteado:

Ele inclusive fez uma reclamação no Senado quando Germânico, em ocasião de uma repentina e terrível fome, foi para Alexandria sem consulta-lo (*Vida de Tibério*, 52.3).

Tácito nos oferece ainda uma justificativa para a reprovação da atitude de Germânico por parte de Tibério:

Com efeito, entre outros segredos de sua dominação, Augusto havia vetado a entrada a ilustres senadores ou equestres romanos exceto com permissão; pôs de parte o Egito para que a fome não acozasse a Itália, quem quer que tivesse ocupado a província e suas entradas por terra e mar com uma guarnição, mesmo que leve, contra fortes exércitos<sup>9</sup> (*Anais*, 2.59.3).

De acordo com Wiedemann<sup>10</sup>, a tentativa de conquistar popularidade entre os egípcios mediante a abertura das reservas de grãos poderia representar uma ameaça de racionamento futuro em Roma. A importância da conquista territorial do Egito foi legada<sup>11</sup> por Augusto de forma bastante objetiva: “adicionei o Egito

---

<sup>8</sup> *Germanicus Aegyptum proficiscitur cognoscendae antiquitatis. sed cura provinciae praetendebatur, levavitque apertis horreis pretia frugum multaque in vulgus grata usurpavit: sine milite incedere, pedibus intectis et pari cum Graecis amictu [...] Tiberius cultu habituque eius lenibus verbis perstricto, acerrime increpuit quod contra instituta Augusti non sponte principis Alexandriam introisset.*

<sup>9</sup> *nam Augustus inter alia dominationis arcana, vetitis nisi permissu ingredi senatoribus aut equitibus Romanis inlustribus, seposuit Aegyptum ne fame urgeret Italiam quisquis eam provinciam claustraque terrae ac maris quamvis levi praesidio adversum ingentis exercitus insedisset.*

<sup>10</sup> WIEDEMANN, T.J.E (2008). “Tiberius to Nero” In: BOWMAN, A.K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (org.). *The Cambridge Ancient History – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 210.

<sup>11</sup> *Res Gestae Divi Augusti*, 27.1. Tradução, introdução e comentários de P.A. BRUNT e J.M. MOORE. Oxford: Oxford University Press, 1983.

ao império do povo romano”<sup>12</sup>. A anexação do território se deu logo após sua vitória na batalha do *Actium* em 31 a.C., cujas mortes de Antônio e Cleópatra encerraram a guerra civil<sup>13</sup>. A partir de então, o Senado tornou este território uma província pessoal de Augusto e a sua administração inicialmente encarregada a Gaio Cornélio Galo, equestre proeminente e na época um importante consorte militar de Augusto. Por ser um território fértil e rico, a ocupação do Egito neutralizou a possibilidade de fortalecimento de um novo oponente político, atenuou a escassez financeira decorrente dos anos de guerra, e permitiu a Augusto recompensar a população italiana pelos excessos de tributos cobrados para fazer frente a Antônio, bem como pagar as terras prometidas aos seus veteranos. Assim, a administração da região e a vinculação direta de seu controle às mãos do Imperador tornaram-se premissas para que este pudesse manter a Cidade de Roma e parte da península itálica sobre controle. Deste modo, a reprimenda de Tibério em princípio está diretamente relacionada ao temor de qualquer atitude que ferisse um princípio mantenedor de estabilidade da população romana.

Por outro lado, um fragmento do papiro de Oxirrincos<sup>14</sup> demonstra que, em oposição à tradição presente em Tácito e Suetônio, Germânico estivera no Egito oficialmente como parte das medidas para a organização da administração nas províncias do Oriente romano. Além de evidenciar a oficialidade da presença de Germânico, o documento também menciona a grandiosidade da cidade de Alexandria e seu fundador, Alexandre Magno, além de reverências a Augusto:

[...] Eu fui enviado, como eu disse, por meu pai para administrar as províncias além mar. [...] Eu pensei que seria uma visão fascinante, em primeiro lugar por causa de seu herói e fundador, a quem um débito em comum é devido por aqueles com as mesmas aspirações, e em segundo lugar, por causa das benfeitorias de meu avô, Augusto.

---

<sup>12</sup> *Aegyptum imperio populi Romani adieci.*

<sup>13</sup> CROOK, J.A. (2008). Political History, 30 B.C to 14 A.D. In: BOWMAN, A.K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (org.). *The Cambridge Ancient History – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 73.

<sup>14</sup> Vol. XXV 2435.9 apud BRAUND, David C (1985). *Augustus to Nero: a sourcebook on Roman History 31 BC – AD 68*. London: Croom Helm, 190, n° 557. l. 3-4; 11-14.

Se este fragmento trouxe controvérsia para a análise da presença de Germânico na região, em contrapartida ressalta sua popularidade. Lindsay Powell<sup>15</sup> afirma que a evidência captura a rápida relação que o príncipe imperial foi capaz de estabelecer com o público local e a sinceridade com a qual este abordava seus interlocutores, impressão consistente com outras descrições de sua personalidade. A notoriedade do príncipe imperial pode ser complementada pelo exame do verso de outro edito veiculado durante o mesmo período (chamado também de *Acta Alexandrinorum*) em que Germânico formalmente refuta qualquer aproximação entre suas resoluções e inferências divinas, determinando que apenas Tibério e Lúvia pudessem recebê-las<sup>16</sup>:

Germânico César, filho de Augusto, neto do Divino Augusto, procônsul, proclama:

Sua boa-vontade, que vocês sempre demonstram quando me veem, eu saúdo, mas a sua inveja e apelações divinas eu rejeito em absoluto. Pois estas convêm somente ao atual salvador e benfeitor de toda a raça dos homens, meu pai, e sua mãe, minha avó. Os atos imputados a mim são trabalhos adicionais de sua divindade, de modo que, se não fizerem como eu digo, me forçarão a aparecer perante vós apenas raramente.

Aparentemente, a impressão de mal-entendido teria gerado uma reação menos acrimoniosa por parte do *Princeps* se a relação entre ambos estivesse em melhores termos. É provável que Germânico sequer tivesse tido conhecimento do descontentamento do *Princeps* enquanto estivera em Alexandria. Seu comportamento durante a estadia na província foi apresentado por Tácito como um componente adicional para a desconfiança nutrida por Tibério em relação ao seu enteado e sua nora desde 14 d.C.<sup>17</sup>. Mais ainda, Germânico pode também não ter compreendido o preceito augustano de exclusividade de acesso ao Egito, ou ter

<sup>15</sup> POWELL, Lindsay (2013). *Germanicus: the magnificent life and mysterious death of Rome's most famous general*. Barnsley: Pen & Sword Military, 172.

<sup>16</sup> *EJ* 320 (b) apud BRAUND (1985), 191, n° 558.

<sup>17</sup> Sobre as razões para o envio de Germânico, e os limites da interpretação taciteana, Cf. ALSTON, Richard (1998). *Aspects of Roman History AD 14 – 117*. London: Routledge, 27; SCULLARD, M.M. (2011). *From Gracchii to Nero: A History of Rome from 133 BC to AD 68*. London: Routledge, 229-30; SEAGER (2004), 81-2, 88; WIEDEMANN (2008), 210.

assumido que tal regra não era válida para um membro da família imperial. No primeiro fragmento citado, o Egito é relacionado como província (em grego *eparkhia*), o que sugere que o enteado de Tibério estivera alheio ou conscientemente ignorou a especificidade da região. De todo modo, oficialmente ou a passeio, temos a impressão de que Germânico César agira por iniciativa própria e sem o devido respeito pela regra estabelecida, tendo transmitido a ideia de insubordinação<sup>18</sup>.

Para Barbara Levick<sup>19</sup>, este último desejou visitar a região que estava sob suas atribuições e que anteriormente esteve sob o controle de Alexandre Magno e de seu avô, Marco Antônio. Germânico desejou também ser cortejado e apreciar a popularidade emanada de sua ancestralidade, não obstante a principal consequência de suas atitudes possa ter sido a criação de um precedente para que aristocratas romanos reivindicassem a entrada no Egito.

Este argumento é importante e merece ser debatido, pois, a partir dele podemos redimensionar os impactos que este evento pode ter trazido para o subjacente contexto. A conjuntura política do governo de Tibério César está vinculada a um processo de estabelecimento do Principado. Porquanto o espaço de tempo entre a ascensão de Augusto e a viagem de Germânico César tenha abarcado praticamente meio século, não podemos afirmar que a memória política do período republicano havia se extinguido e tampouco que havia unanimidade quanto à ideia de “restauração da República”, empreendida durante todo o governo de Augusto.

Os precedentes políticos legados a Tibério pelo seu antecessor foram desenvolvidos processualmente à custa de experimentação que, de maneira dialógica, derivou do carisma político de Augusto e de sua capacidade de coligar suas aspirações com os interesses e ideais de uma nascente aristocracia italiana. Esta buscou assegurar que a legitimação do *Princeps* concretizasse seus anseios

---

<sup>18</sup> POWELL (2013), 179-80.

<sup>19</sup> LEVICK (1999), 121-2.

de ascensão ou mesmo de sobrevivência aquelas turbulentas décadas de dissensão civil e militar<sup>20</sup>.

Isto não significa dizer que o tempo aplacou os opositores do novo sistema político engendrado por Augusto, ou mesmo que houve unanimidade em relação àquele que assumira o inédito posto de mandatário da coletividade romana. Não por acaso, a necessidade de reiterar que as ações de Augusto representaram o restabelecimento da concórdia e a promoção do consenso estão associadas com o dever de apagar a memória dos opositores da liberdade republicana. No monumento dedicado aos feitos de Augusto e edificado postumamente por Tibério, está inscrito que, após ter organizado um exército mediante seus recursos e sua própria iniciativa (44 a.C.), o interesse de Augusto foi o de libertar a República da tirania de uma facção (*factionis*)<sup>21</sup>. Uma vez que o que é omitido em uma sentença pode ser tão informativo quanto aquilo que foi atestado, o termo “facção” deve ser compreendido enquanto uma inferência a Marco Antônio<sup>22</sup>. Assim, a exaltação da derrota de seu opositor simultânea à obliteração de seu nome, bem como o triunfo pela liberdade dos romanos – e não o triunfo de um usurpador e fratricida – é tão importante que cremos não ser por acaso que o trecho se tornou a primeira frase do monumento.

Embora haja controvérsia entre as evidências sobre a oficialidade da visita de Germânico ao Egito, a nosso ver as consequências de sua presença na região relacionaram-se mais com os liames da memória política do segundo triunvirato e das guerras entre Augusto e Antônio do que deixa transparecer a narrativa de

---

<sup>20</sup> Para compreender o significado da ascensão de Augusto e do Principado enquanto fenômeno de experimentação política, bem como a configuração de seu apoio e a caracterização geral de seus associados: ECK, Werner. (2007). *The Age of Augustus*. London: Routledge, 45. GALINSKY, Karl (1996). *Augustan Culture: an interpretative introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996, 77, e *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 (2007), 1-2; GRANT, M. (1969). *From Imperium to Auctoritas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. 98. ROULAND, Norbert (1971). *Pouvoir politique et dépendance personnelle dans l'Antiquité romaine*. Latomus Revue d'Études latines, 1971. 572-3; SALLER, Richard (1982). *Personal patronage under the Early empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, 30-6; SYME, Ronald (1939). *The Roman Revolution*. Oxford: Clarendon Press, 381-2.

<sup>21</sup> *Res Gestae Divi Augusti*, 1.1.

<sup>22</sup> BRUNT & MOORE (1983), 3.

Tácito. Por outro lado, tanto Tácito quanto Suetônio valeram-se de outros autores e textos – aos quais não temos acesso – e que colocam Tibério e Germânico César em posições antagônicas devemos ler com cautela. é preciso sempre ter em mente o poder de persuasão no trato com os biografados, e principalmente com relação a Tácito, a maestria de seu trato literário que visa forjar e convencer o leitor de um passado imperial, que tem como mote o debate sobre a perda da liberdade de expressão política e a manutenção da autonomia individual em um contexto em que a efervescência política da aristocracia de outrora é essencialmente nostálgica<sup>23</sup>.

Sendo assim, é importante debatermos sobre as reminiscências do passado republicano e suas relações de proximidade e ancestralidade com Germânico César. Durante o período do segundo triunvirato, o acordo estabelecido entre Antônio e Otávio promoveu uma verdadeira divisão do mediterrâneo romano entre Ocidente e Oriente. Coube a Antônio reorganizar-se financeiramente à custa dos reinos clientes próximos às fronteiras, preparar-se para enfrentar os partas e simultaneamente oferecer suporte militar a Otávio contra Sexto Pompeio. Em verdade, a renovação do triunvirato em 37 a.C. não representou efetivamente um pacto de cooperação entre os triúnviros e, para além do apoio do reino dos gálatas, da Capadócia, do Ponto e da Judéia, o principal suporte militar e econômico adveio do Egito Ptolomaico de Cleópatra<sup>24</sup>. Dependente desse suporte, Antônio também se vinculou afetivamente à rainha que, a despeito das controvérsias referentes a um possível plano de dominação sobre o Ocidente romano, provavelmente teve como objetivo estender suas possessões e a reavivar o passado imperial. Paralelamente, Antônio possivelmente anteviu o embate militar contra Otávio e o Egito enquanto uma fonte de poder ou potencial refúgio diante de uma

---

<sup>23</sup> Cf. HAYNES, Holly (2003). *The History of Make-believe: Tacitus on Imperial Rome*. Berkeley: University of California Press, 180; SAYLOR, Dylan (2008). *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 49-50. Debatí questões sobre a composição narrativa e o estilo literário de Tácito – com enfoque específico ao governo de Tibério em outro artigo: CAMPOS, R. (2015). Tácito e o Imperador Tibério César Augusto: um exame de sua narrativa histórica e de suas técnicas de composição literárias. *Revista de Teoria da História*, 12, 110-124.

<sup>24</sup> SCULLARD (2011), 141-2.

derrota, não obstante houvesse a possibilidade de um imbróglio com relação ao apoio das tropas, fosse contra Otávio, ou pelo apoio a Cleópatra ou Antônio como rei do Egito<sup>25</sup>.

Os desdobramentos do enlace de diversas ordens entre Antônio e Cleópatra forneceram subsídios para que Otávio passasse a desmoralizar Antônio perante a opinião pública romana. Em 34 a.C. Antônio emulou um triunfo militar em solo egípcio por sua vitória na campanha contra os armenos. Durante o período, Antônio ordenara a cunhagem de moedas que o anunciavam conquistador da Armênia e Cleópatra como a rainha dos reis e dos filhos dos reis<sup>26</sup>.



Fig. 1: ANTONI. ARMENI-A. DEVICTA; rosto de Antônio com tiara armênia. Verso: CLEOPATR[AE REGINAE] REGVM FILIORVM REGVM; Cleópatra com diadema e busto drapeado com haste de proa ao fundo.

O episódio, conhecido como a “doação de Alexandria”, representou a ovação do general romano, de Cleópatra (autorepresentada como a deusa Ísis) e de seus filhos sentados perante a população, sendo que na ocasião o primeiro proclamou Cesarion (Ptolomeu César, filho de Cleópatra com Júlio César) “rei dos reis” – insinuando em contrapartida que Otávio, postumamente adotado por seu tio, era um usurpador – e, junto de Cleópatra (a “rainha das rainhas”) ambos como monarcas do Egito e de Chipre. Mais ainda, mediante seu poder de triúviro, aos filhos de Antônio e a rainha do Egito (respectivamente Alexandre

<sup>25</sup> SCULLARD (2011), 142.

<sup>26</sup> CRAWFORD, M.H. (1975). *Roman Republican Coinage*. Cambridge: Cambridge University Press, 543.1.

Hélios, Cleópatra Selena e Ptolomeu Filadélfio) foram prometidos o futuro governo dos reinos fronteiriços ao *limes* romano.

Contudo, aparentemente Antônio não agira fora dos acordos estabelecidos pela renovação do triunvirato: não contrapôs a autoridade do Senado e obtivera ratificações para seus planos de organização diplomática nas províncias romanas orientais e nos reinos-clientes de Roma. Nos moldes de Pompeu, Antônio também adotou representações que enfatizavam o status semidivino que eram perfeitamente aceitas e compreensíveis no Oriente. No entanto, ao ter se associado intimamente com um governante estrangeiro, Antônio permitiu a criação de um argumento que legitimasse a guerra contra uma ameaça externa e que por consequência o afligiu<sup>27</sup>. De todo modo, a repercussão das atitudes de Antônio fez com que Otávio promovesse uma campanha de desmoralização pública pelo seu distanciamento das tradições romanas e pelo seu aparente apetite monárquico. Em 32 a.C., após o fim do segundo triunvirato e a negativa dos cônsules apoiadores de Antônio de ratificar a concessão de poderes proconsulares que manteriam a autoridade deste último no Oriente, às invectivas de Otávio contra Antônio – e o veto tribunicio de censura ao primeiro por parte de um senador – seguiu-se à evasão dos cônsules e trezentos senadores de Roma.

Em réplica, Antônio enviou documentos de divórcio de Otávia, irmã de Otávio. Em tréplica, este retirou o testamento de Antônio depositado no santuário das Virgens Vestais e o leu perante o Senado: o documento reconhecia o parentesco entre Cesarion e Júlio César, reconhecia-o como herdeiro do trono egípcio, garantia legados para os filhos tidos com Cleópatra. Todavia, o trecho politicamente mais bombástico foi o desejo de Antônio de ser enterrado junto de sua esposa em Alexandria. Otávio fez com isso significasse a intenção de Antônio de fazer de Alexandria a futura capital da República. O pacto de aliança (*coniuratio*) de vastas porções italianas e ocidentais constituiu uma clientela apoiadora de Otávio contra Antônio, que perdeu os direitos políticos, a

---

<sup>27</sup> SOUTHERN, Patricia (2007). *Anthony & Cleopatra*. Chalford Stroud: Tempus Publishing, 201.

possibilidade de assumir o consulado em 31 a.C., e se viu diante da oficialização de guerra contra Cleópatra, agora inimiga de Roma<sup>28</sup>.

Não é de nosso interesse entrar em pormenores que conduziram à batalha do *Actium* em 31 a.C. e à vitória militar de Otávio. Para nosso intento, é relevante destacar que, no ano seguinte, além da anexação do Egito não apenas como uma nova província romana, mas como possessão pessoal do *Princeps* e administrada por um agente pessoalmente por ele escolhido, Otávio ordenou o assassinato de Antilo, filho mais velho de Antônio e Fúlvia, sua primeira esposa, e também de Cesarion. Mais ainda, de modo que nenhuma possibilidade de disputa pudesse emergir, a “doação de Alexandria” foi cancelada e todos os arranjos diplomáticos feitos por Antônio no Oriente reorganizados. Os filhos de Cleópatra com Antônio foram poupados – Cleópatra Selena casou-se com o rei Juba da Mauritânia – mas nada se sabe do destino de Alexandre Helios e Ptolomeu Filadélfio. Antônio e Cleópatra foram enterrados juntos em Alexandria, mas Otávio foi menos generoso com a memória do primeiro: enquanto que a estátua de Cleópatra no Templo de Vênus foi preservada por certo tempo, o Senado declarou a data do nascimento de Antônio uma data nefasta e decretou que estátuas, bustos e moedas com sua efígie fossem destruídos, bem como menções de seu nome apagadas de todos os monumentos romanos.

Retomamos a Germânico César a partir de seu parentesco. Sua mãe, Antônia Menor, era filha caçula de Marco Antônio com Otávia, irmã de Augusto. Após sua ascensão, este último fizera com que Antônia Menor se casasse com Druso Nero, irmão mais velho de Tibério (futuro Imperador), e ambos foram adotados pelo *Princeps* quando este se casou com Lúvia Drusila. Antônia Menor e Druso conceberam Germânico e também Cláudio, que se tornou Imperador após a morte de Calígula, tendo sido este último filho de caçula de Germânico e Agripina Maior. Todo esse arranjo genealógico expõe a tripla ligação que Germânico César possuía dentro da família imperial, por ter sido vinculado por parentesco a três

---

<sup>28</sup> SCULLARD (2011), 144; SOUTHERN (2007), 214.

ilustres famílias de origem republicana e politicamente importantes dentro da sociedade romana: à família Júlia, à família Cláudia e primordialmente à linhagem de Marco Antônio.

Assim, quando Germânico César foi destacado com prerrogativas proconsulares para o Oriente romano em 19 d.C., e durante sua jornada resolveu conhecer as reminiscências de sua ancestralidade ao passar pela região do Egito, certamente sua viagem revestiu-se de significados familiares, mas também políticos. Quando Tibério seguiu as instruções de Augusto e adotou Germânico César imediatamente após sua própria adoção, a intenção provavelmente fora a de preservar a continuidade do projeto de sucessão dinástica que mantinha o poder dentro da linhagem Júlio-Claudiana. Embora não se possa determinar a extensão da afetividade entre Tibério e Germânico, o primeiro emulou as mesmas etapas de concessão gradual de poderes para os príncipes imperiais em vias de potencial sucessão: o único poder que Germânico não havia recebido ainda era o poder tribunicio, possivelmente em razão de sua idade, mas que provavelmente seria futuramente concedido.

O cargo assumido pelo príncipe imperial em 19 d.C. havia anteriormente sido conferido a M. Agripa e Caio César – com a missão de restabelecer a ordem no Oriente e o *imperium maius* de cinco anos consecutivos. Historicamente, as províncias romanas que faziam fronteira com o reino da Pártia sempre estiveram às voltas com problemas de má administração ou calamidades naturais. É possível que Tibério não desejasse vivenciar a mesma situação enfrentada por Augusto – não obstante enquanto triúviro – quando se deparou com Marco Antônio e os arranjos militares e econômicos constituídos com os reinos-clientes<sup>29</sup>. Igualmente e à semelhança do que fizera Augusto após o fim da guerra civil, as províncias foram concedidas mediante o Senado para aristocratas de confiança do *Princeps*; Tibério destacou-se por promover poucas trocas entre os governadores provinciais, mantendo associados neste cargo durante anos a fio.

---

<sup>29</sup> POWELL (2013), 292.

Germânico César recebeu os auspícios imperiais para a condução dos assuntos políticos e militares nas províncias e na fronteira oriental do Império Romano. De acordo com Lindsay Powell<sup>30</sup>, uma vez que este falhou no seguimento das regras pré-estabelecidas pelo *Princeps* e inspiradas nos preceitos augustanos, Tibério não hesitou em apontar seus erros. Igualmente, Tibério conhecia bem o bastante o poder e as tentações nele presentes; no Oriente existiam inúmeras distrações que poderiam atrair Germânico a ponto de desviá-lo de seu foco principal – distrações que teriam sido a razão da desventura de Marco Antônio e que finalmente o levaram à derrota e à condenação de sua memória. A nosso ver, é difícil acreditar que a dispensa dos tradicionais símbolos de status consular, dos litores e a adoção da vestimenta e dos costumes dos nativos tenha sido meramente uma atitude de simpatia e aproximação espontânea de Germânico com a população egípcia. É possível afirmar que este último possuía bastante sensibilidade às tradições locais – bem como também sempre tivera apreço às tradições romanas – e também bastante carisma, mas é inegável que suas atitudes puderam ao mesmo tempo ser compreendidas como explícita autopromoção e manipulação consciente da própria imagem<sup>31</sup>, baseando-se em referenciais de autoridade, de prestígio e ancestralidade ainda muito familiares ao crepúsculo do Egito Ptolomaico de Cleópatra e Antônio, em vias de ampliar a sua popularidade quando futuramente ascendesse ao Principado.

De acordo com Wiedemann e Alston<sup>32</sup>, se Tibério demonstrou descontentamento com o comportamento de Germânico César no Egito, Gneio Calpúrnio Pison, destacado como governador da província da Síria e possivelmente como uma espécie de intermediário entre o Imperador e seu enteado, pode ter interpretado este desagrado como permissão para que se contrapusesse a Germânico César. Há pouco espaço para considerar o envio de Pison para a Síria como uma afronta direta e premeditada contra o príncipe: se

---

<sup>30</sup> POWELL (2013), 292-3.

<sup>31</sup> POWELL (2013), 293.

<sup>32</sup> ALSTON (1998), 27; WIEDEMANN (2008), 210.

relativizarmos a narrativa taciteana, a escolha de Pison partiu do fato de este ser um consorte do *Princeps* e pela sua grande experiência administrativa. O erro de cálculo de Tibério talvez tenha sido a intensidade do embate entre Pison e Germânico, consequência das diferenças de temperamento entre ambos, uma variável pouco considerada.

As matrizes genealógicas de Pison eram republicanas: seu pai foi partidário de Pompeu, Bruto e Cássio; também foi cônsul em 23 a.C., ano em que Augusto vivenciou um dos períodos mais conflituosos de sua ascensão. Logo no início do governo de Tibério, o irmão de Pison ameaçara retirar-se de Roma para afastar-se de sua corrupção moral (só permaneceu mediante intervenção do próprio *Princeps*)<sup>33</sup>. Em 16 d.C., Pison se opusera à proposição de interrupção das atividades senatoriais durante eventuais ausências do Imperador<sup>34</sup>. Contudo, não havia nenhuma disposição revolucionária em Pison e certamente seu envio para a Síria foi condicionada à relação de proximidade e confiança entre este e o *Princeps*. Sem superestimar o republicanismo de Pison e assim potencializar uma perspectiva subversiva essencialmente baseada na nostalgia de seu ideário, é possível que este último tenha considerado a postura de Germânico atrevidamente orientalizante. Contudo, a narrativa pouco nos deixa margem para ir além da evidência de que a dissidência entre ambos tenha sido baseada em conflitos pessoais.

Contudo, tendo recebido ou não reprimendas do *Princeps* ainda no Egito, Germânico retornou para a Síria, onde se deparou com uma reversão de todas as suas instruções pela manutenção da ordem entre as legiões ali estacionadas. Após um novo desacordo entre o príncipe e Gneio Pison, logo em seguida foram espalhadas notícias de seu adoecimento, celebradas manifestadamente pelo último. A partir de resquícios de sacrifícios, cinzas e profecias encontradas nos arredores da residência de Germânico, este passou a acreditar que havia sido vítima de feitiçaria, e sua enfermidade consequência de um envenenamento;

---

<sup>33</sup> TÁCITO, *Anais*, 2.34; 4.21.

<sup>34</sup> TÁCITO, *Anais*, 2.35.

consequentemente, à renúncia formal da amizade entre ambos seguiu-se a saída de Pison da província<sup>35</sup>.

Pouco depois desta declaração pública de hostilidade – há dúvidas sobre a extensão da autoridade de Germânico em exigir a saída de Pison, uma vez que esta deveria se submeter à autoridade de Tibério, e retirar-se da província sem autorização era sinônimo de traição<sup>36</sup> - Tácito afirma<sup>37</sup> que Germânico, em seu leito de morte, pediu aos seus amigos mais íntimos que exigissem vingança perante o Senado, e para que mostrassem ao povo Agripina – como sua esposa e neta de Augusto, junto de seus seis filhos. Em contrapartida, para ela Germânico solicitou que controlasse sua rebeldia, resignasse seu espírito à crueldade do destino, e para que não rivalizasse em poder com seus superiores.

Após a morte de Germânico, Pison não retornou para Roma, mas celebrou publicamente a morte do príncipe ainda nas proximidades da província, o que teria sido suficiente para que imputassem culpa à sua pessoa. Mais ainda, logo depois Pison resolveu retornar à província – após ter se deparado com o cortejo naval que conduzia Agripina, seus consortes e as cinzas do falecido, e insultado os amigos de Germânico –, agregou soldados e organizou um exército. Persuadido por Domício Celer (e contrário aos alertas de seu próprio filho) de que teria o apoio de Tibério na empreitada, deparou-se com as tropas comandadas a partir de então por Gneio Sentio Saturnino (cônsul *suffectus* em 4 d.C.), novo governador da província designado pelo Senado e com o consentimento do *Princeps*, e acabou por ver seu motim desmembrado<sup>38</sup>.

Paralelamente, ao chegar à Itália, o cortejo fúnebre de Germânico recebeu um amplo cerimonial na Calábria, Apulia e Campânia, tendo sido escoltado por duas coortes pretorianas e, na medida em que se aproximara de Roma, teria sido

---

<sup>35</sup> DION CÁSSIO, 57.18.6-10; TÁCITO, *Anais*, 2.68-70; 2.78.

<sup>36</sup> SEAGER (2004), 89.

<sup>37</sup> *Anais*, 2.71.3-4.

<sup>38</sup> TÁCITO, *Anais*, 2.74-2.81.; Cf. ALSTON (1998), 26; SCULLARD (2011), 230; SEAGER (2004), 89-91.

acompanhado também por Druso, Cláudio (futuro Imperador), e seus filhos<sup>39</sup>. Contudo, ao chegar a Roma, nem Tibério, Lívía e sua mãe Antônia compareceram ao funeral. Em meio a isto, a população teria demonstrado em semelhante medida tanto descontentamento contra Tibério quanto afeição à Agripina, pois esta teria sido ovacionada com menções à sua descendência e preces para a preservação de seus filhos<sup>40</sup>. Por edito, Tibério determinou que o funeral respeitasse a moderação calcada nos precedentes de César e Augusto, e as cinzas do falecido príncipe foram depositadas no mausoléu da família imperial<sup>41</sup>.

O que de fato representou a morte de Germânico César? Em primeiro lugar, julgamos que há um exagero na apresentação de um *Princeps* satisfeito com a eliminação do mais provável sucessor ao comando. É plausível crermos em uma forte incompatibilidade de posturas políticas entre ambos: as evidências demonstram que tanto Germânico quanto Agripina conhecia bem o poder da popularidade que detinham pelos vínculos ancestrais com Marco Antônio, Druso Nero e Augusto (ou até mesmo Júlio César). A proximidade das legiões ao norte, a receptividade da população no Egito e a possibilidade do controle das legiões (extremamente fortes) no Oriente, provaram-se suspeitos a Tibério, e uma possibilidade de inversão no controle da *domus* imperial algo muito precipitado para os interesses do *Princeps*.

Em contrapartida, é extremamente complicado corroborar o rumor de que o falecimento de Germânico pode ter sido um estratagema para assegurar a sucessão de Druso Cláudio e, portanto, manter a linha sucessória apenas dentro da família Cláudia: isso pode ser observado com a promoção dos filhos mais velhos de Germânico e a determinação deste último como guardião da prole, nos mesmos moldes iniciados por Augusto; e a concessão das prerrogativas imperiais

---

<sup>39</sup> TÁCITO, *Anais*, 3.1-3.

<sup>40</sup> *Idem*, 3.4.

<sup>41</sup> *Ibidem*, 3.4-5.

emularam exatamente os passos que Augusto e Tibério percorreram em sua legitimação política<sup>42</sup>.

Tácito elenca algumas honras que teriam sido concedidas pelo Senado a Germânico César<sup>43</sup>, não obstante tenha omitido inúmeras outras presentes na *Tabula Hebana* e *Tabula Siarensis*, o que provavelmente denota seu propósito de intensificar a distância política entre o *Princeps* e o falecido, pois excluiu aquelas que foram decididas em última instância pelo Imperador: a participação de Tibério e outros membros da família imperial (Druso, Agripina, Lúvia e Antônia) na escolha das honras; a permanência de celebrações anuais pela memória de Germânico no aniversário de sua morte; a difusão de uma publicação de conteúdo propagandístico dos discursos de Tibério e Druso sobre em honra do falecido príncipe; e a criação de novas centúrias com o nome de Germânico que, somadas às outras dez centúrias criadas em homenagem a Gaio e Lúcio César em 10 d.C., foram responsáveis pela designação dos candidatos às prefeituras e o consulado<sup>44</sup>.

Por fim, Pison retornou para Roma, e com isto Tibério deve ter se encontrado em uma situação bastante complicada. Enquanto associado político do *Princeps*, o primeiro provavelmente esperava um apoio equivalente aos serviços prestados e à honra da confiança nele depositada para acompanhar Germânico e, eventualmente, conter os impulsos do jovem príncipe. Provavelmente, Pison agira como amigo de Tibério, embora a diferença de personalidades e, principalmente, o lastro republicano de Pison tenha sido uma combinação que no final provou-se equivocada e trágica<sup>45</sup>. Martina, considerada como uma feiticeira, suposta amiga de sua esposa Plancina e partícipe no crime de envenenamento foi presa na Síria, mas morreu misteriosamente no trajeto para a Cidade de Roma. Tibério, por sua

---

<sup>42</sup> LEVICK (1999), 157; SEAGER (2004), 93-5.

<sup>43</sup> Cf. *Anais*, 2.83.

<sup>44</sup> Respectivamente *TS*, fr. I, 1.1-8; fr. IIa, 1.1-11; fr. IIb, 1. 11-21; *TH*, l. 57-62; l. 5-50, apud GONZALEZ, Julian (1999). Tacitus, Germanicus, Piso and the *Tabula Siarensis*. *The American Journal of Philology*, 120, No. 1, 128-9; BRAUND (1985), 51-5, n° 115; ROWE, Gregory. (2002). *Princes and Political Cultures: The New Tiberian Senatorial Decrees*. Michigan: University of Michigan Press, 22-30; SEAGER (2004), 220.

<sup>45</sup> LEVICK (1999), 155; SEAGER (2004), 99; WIEDEMANN (2010), 210.

vez, havia recebido imparcialmente seu filho Marco Pison, e lhe solicitado que levasse seus apelos ao Senado. Druso Cláudio, de modo semelhante, evitou aproximar-se de Pison e publicamente manifestou seu desejo de que as acusações contra ele fossem falsas e que ninguém mais sucumbisse ao destino de Germânico<sup>46</sup>.

Imediatamente organizou-se o julgamento: a despeito dos interesses de Fulcínio Trio (que atuou como acusador de Libo Druso) em monopolizar a acusação – certamente pela confiscação em jogo – Vitélio, Verânio e os demais amigos de Germânico intervieram, relegando ao primeiro apenas os fatos que diziam respeito à carreira prévia de Pison. Neste ínterim, conquanto os cônsules tivessem apelado para que Tibério participasse do julgamento, este julgou apropriada a condução do Senado, precisamente pelo falecido ser um membro da família imperial; a despeito de ter ouvido tanto os acusadores quanto os membros da defesa, isto indubitavelmente tolheu o apoio esperado por Pison<sup>47</sup>.

Ao passo que seus acusadores desejavam que Pison fosse condenado pelo assassinato de Germânico, Tibério deixou claro que, ao referendar o julgamento para o Senado, não desejava que sua influência determinasse o veredito. Igualmente, o *Princeps* abriu campo para a possibilidade de traição, ao solicitar que o Senado averiguasse o embasamento das acusações de corrupção e amotinamento das legiões<sup>48</sup>. Nesse sentido, a defesa de Pison não teve grandes chances: a despeito da autorização de Tibério para o comando das legiões, a forma como Pison havia incitado à desordem, bem como a desobediência somada à inimizade pública de Germânico eram inegáveis; o breve confronto com a legião de Saturnino era um indício de rebelião e guerra civil<sup>49</sup>. Diante das fortes manifestações populares, da frieza dos senadores, e abandonado por Plancina, Pison não viu alternativa além do suicídio. Em uma carta deixada próxima de seu leito de morte, pediu que absolvesse seu filho mais novo Gneio por não ter sido

---

<sup>46</sup> TÁCITO, *Anais*, 3.7-9.

<sup>47</sup> *Idem*, 3.10-12.

<sup>48</sup> *Ibidem*, 3.12.2-6.

<sup>49</sup> *Ibidem*, 3.13.

envolvido, e Marco por ter seguido suas ordens, conquanto este o tivesse alertado do equívoco.

Ambos foram absolvidos a pedido de Tibério, e Plancina a pedido de Lúvia. De modo semelhante, Tibério impediu que metade da propriedade de Pison fosse confiscada e este fosse banido do Senado, que o nome de Pison fosse apagado da lista dos cônsules, pois nem Marco Antônio e Iúlio Antônio teriam sofrido esta desonra<sup>50</sup>. Embora tenha rejeitado a proposta de uma estátua e um altar no Templo de Marte Vingador (*Mars Ultor*), Tibério acolheu o agradecimento senatorial à sua pessoa, Lúvia, Antônia, Agripina e Druso (Cláudio foi inserido posteriormente) pela vingança de Germânico; sacerdócios foram conferidos a Vitélio, Verânio e Serveu, bem como promessa de apoio à Fulcínio, salvo o conselho para que este último moderasse a violência de seu discurso<sup>51</sup>.

O *senatus consultum de Pisone patre* nos oferece uma importante evidência complementar sobre a maneira como reagiu Tibério perante o impacto que a morte de Germânico trouxe para a família imperial, e a forma como a continuidade desta deveria ser vista pelo Senado. Se na maior parte de seu conteúdo ele se assemelha à descrição feita por Tácito<sup>52</sup>, em contrapartida o caráter propagandístico do decreto senatorial evidencia como a punição a Gneio Pison referendou a estabilidade do governo de Tibério e a paz dentro da família imperial, iniciadas com Augusto, principalmente por reiterar a *clementia* do *Princeps* com a absolvição de Plancina e seus filhos<sup>53</sup>. Pison teria violado esta condição de coisas ao promover uma tentativa de guerra civil, e por esta razão sua memória deveria ser condenada<sup>54</sup>.

Após a descrição da pena, é importante destacar que o Senado reverenciou Tibério e o pediu para pensar sobre o futuro, um indício claro sobre a necessidade de se reafirmar a sucessão imperial, bem como deixar implícito que a memória de

---

<sup>50</sup> TÁCITO, *Anais*, 3.15-7.

<sup>51</sup> *Idem*, 3.17-9.

<sup>52</sup> Cf. *SCPP* apud ROWE (2002), 1.12-68; 90-108.

<sup>53</sup> *SCPP*, 1. 68-70; 90-4 apud ROWE (2002), 13-4.

<sup>54</sup> *SCPP*, 1. 90-108 apud ROWE (2002), 14.

Germânico, conquanto devesse ser conservada, não teria função outra que não realçar as expectativas para o futuro do Principado. De sua parte, o Senado desejava que Tibério dirigisse todo o zelo uma vez dividido entre seus dois filhos para aquele que ainda vivia; e que Druso contasse com toda a proteção dos deuses para que compreendesse que a continuação da observância recaia sobre ele, razão pela qual ele deveria aplacar o luto e retomar o estado para sua prosperidade<sup>55</sup>.

A nosso ver, embora a morte de Germânico tenha sido um duro golpe para os interesses políticos relativos ao núcleo familiar de Agripina, isto não significou que a sucessão imperial estivesse comprometida, pois três filhos poderiam ainda ser promessas eficazes para a sucessão imperial e em várias gerações: Nero (quinze anos), Druso (doze anos), e Gaio “Gaio César” (oito). Conquanto Nero fosse ainda muito jovem, um novo príncipe poderia ser seu preceptor: o próprio Druso Cláudio que, a despeito de ser pai de gêmeos do casamento com Livia Júlia (filha de Druso Nero e Antônia, e viúva de Gaio César), eram ainda muito jovens (nascidos em 19 d.C.). Mais ainda, Tibério não aparentara disposição para romper com o precedente estipulado por Augusto em avançar os membros do núcleo familiar de Germânico César, a despeito da falta de sintonia entre ambos e de sua resiliência em relação a Agripina.

Por outro lado, a morte de Germânico César evidenciou um sintoma de crise política que em breve se instalou na corte imperial. Em 23 d.C., Druso Cláudio, filho de Tibério e o natural candidato à sucessão após Germânico também faleceu. Sua morte criou um problema de interlocução política para Tibério: o *Princeps* se viu obrigado a contar (ou se tornou cada vez mais suscetível ao) com o apoio de Lúcio Aélio Sejano. Embora sejamos reféns da tradição histórica presente na documentação (Sejano passa a ser incorporado na narrativa a partir deste momento), a participação deste último trará um impacto para o processo de sucessão dinástica, e também para a relação do *Princeps* com o Senado, que desde o início do governo de Tibério não foi fácil.

---

<sup>55</sup> *SCPP*, I.123-32 apud ROWE (2002), 17; SEAGER (2004), 224.

Consequentemente, o entrecruzamento destes fatores contribuirá para ampliar o impacto político cujo cume será o afastamento de Tibério para a ilha de Capri, uma vez que, sem os falecidos príncipes imperiais, Sejano e, a partir dele, associados políticos interferirão cada vez mais explicitamente na interação entre a corte imperial e os membros da aristocracia senatorial e equestre, nos fluxos de informações concernentes à administração da justiça, e principalmente, minará sistematicamente as bases de apoio do núcleo familiar de Agripina. Sejano contribuirá para orientar a maneira como o *Princeps* e os integrantes da corte imperial presentes em Capri se relacionarão com o restante daqueles que permaneceram em Roma, uma vez que se tornará perceptível que, com o afastamento de Tibério da Cidade de Roma, o centro decisório residirá onde o Imperador estiver e, o deslocamento do cerne do poder imperial somado à dificuldade de acesso à pessoa de Tibério e à sua corte se configurará como o grande experimento político de seu Principado. Sejano será aquele que, por um lado, permitirá que o *Princeps* dê vazão ao experimento político de constituir uma corte e um centro decisório de poder fora de Roma; por outro lado, será também o responsável por agravar a delicada situação política entre os parentes do Imperador e interferir cada vez mais na complexa relação entre Tibério e o Senado.